



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**



MARCELA TOMAZ SILVA FERNANDES

**GEOGRAFIA LIBERTÁRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
Contribuições possíveis**

**UBERLÂNDIA
2023**

MARCELA TOMAZ SILVA FERNANDES

GEOGRAFIA LIBERTÁRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
Contribuições possíveis

Trabalho de Conclusão do Curso para
obtenção de grau Licenciado em
Geografia, do Instituto de Geografia da
Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Dra Maria Beatriz Junqueira Bernardes

UBERLÂNDIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Curso de Graduação em Geografia - Uberlândia
Avenida João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902 Telefone: 34-3239-4169 - Bloco 1H01



ATA DE DEFESA - GRADUAÇÃO

Curso de Graduação em:	GEOGRAFIA - LICENCIATURA				
Defesa de:	IGUFU31806 - Trabalho de Conclusão de Curso II				
Data:	13/06/2023	Hora de Início:	09 h	Hora de Encerramento:	11:15
Matrícula do(a) Discente:	11911GEO006				
Nome do(a) Discente:	Marcela Tomaz Silva Fernandes				
Título do Trabalho:	"GEOGRAFIA LIBERTÁRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS"				
A carga horária curricular foi cumprida?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				

Reuniu-se na Sala 1H14, do Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Geografia, assim composta: Dra. Maria Beatriz Junqueira Bernardes (Universidade Federal de Uberlândia - UFU), orientadora do candidato; Dra. Rita de Cassia Martins de Souza (Universidade Federal de Uberlândia - UFU) e o Dr. Tulio Barbosa (Universidade Federal de Uberlândia - UFU).

Iniciados os trabalhos, a presidente da mesa, Dra. Maria Beatriz Junqueira Bernardes, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata; agradeceu a presença do público e concedeu a palavra à discente para exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do curso.

A seguir a presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Terminada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata **APROVADA**, com **Nota: 90**

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados. Foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Beatriz Junqueira Bernardes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/06/2023, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Martins de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/06/2023, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Tomaz Silva Fernandes, Usuário Externo**, em 13/06/2023, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tulio Barbosa, Professor(a) do Magistério Superior**, em 16/06/2023, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0, informando o código verificador **4557739** e o código CRC **AA426401**.

"Ecologia sem luta de classe é jardinagem."
Chico Mendes

RESUMO

Trata-se o presente artigo de uma pesquisa bibliográfica que visa compreender de que forma a Geografia e a Geografia Libertária em específico, fundamentada pelo pensamento e contribuições deixadas pelo geógrafo Élisée Reclus podem contribuir para a Educação Ambiental (EA). Assim, para alcançar o objetivo proposto foi feita uma revisão de literatura a respeito da Geografia Libertária e da EA em teses, livros e dissertações, visando compreender: De que forma as contribuições da Geografia Libertária podem ser associadas à Educação Ambiental? No curso deste artigo, pode-se perceber que a Geografia em geral trabalha com diversos temas, entre eles sociais, políticos, econômicos e ambientais. Nesse sentido, diante da relevância do tema ambiental e da importância da Educação Ambiental enquanto instrumento para construção de valores sociais, capazes de orientar ações na direção da preservação do ambiente em que vivemos e dele dependemos, compreendemos que a abordagem ambiental integrada à Geografia Libertária pode abrir uma gama de possibilidades que viabilizem trabalhar na direção da formação do sujeito ambiental libertário. Com intuito contribuir para a associação de dois campos relevantes e trazendo uma luz para a melhor compreensão de como, portanto, se pode aliar Geografia Libertária e Educação Ambiental.

Palavras Chave: Ciência Geográfica, Geografia Libertária, Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A Geografia possibilita a compreensão dos diferentes aspectos que compõem o meio ambiente socialmente construído, através da Geografia é possível analisar como as atividades humanas ao longo da história tem impactado o meio ambiente e como isso afeta todas as formas de vida no planeta.

Diante da diversidade e complexidade dos temas abordados pela disciplina Geográfica, como por exemplo temas ligados à distribuição da população, Globalização e Geopolítica todos ligados às formas de espacialização resultante dos processos humanos sociais e políticos. Tendo em vista a gama de temas abordados, percebe-se que os temas ambientais podem ser melhor trabalhados na Geografia, é nesse sentido que se pretende compreender se a referida ciência poderá contribuir com a EA.

Por meio da História do Pensamento Geográfico é possível compreender a trajetória desta ciência que nasceu na Idade Média a partir da necessidade de se conhecer as terras e os mares. Durante muito tempo a Geografia foi pautada apenas no Racionalismo através da Geografia Tradicional, até chegar ao formato plural que se observa atualmente, uma ciência que estuda principalmente as relações homem e meio e a forma como se dá as especializações resultantes desse processo.

Dessa forma, considerando principalmente o estudo das relações do homem com o seu meio que o tema a ser tratado neste artigo visa estabelecer as possíveis contribuições da Geografia para a Educação Ambiental, para tanto o foco do presente estudo encontra-se na Geografia Libertária de Élisée Reclus e no porquê e como ela pode contribuir para o trabalho da Educação Ambiental (EA), na formação de sujeitos críticos e questionadores capazes de compreender o ambiente em que está inserido e assim poder atuar de forma consciente para contribuir com as demandas ambientais da sociedade atual. A crise ambiental global e a necessidade de promover a tomada de consciência e ações sustentáveis têm levado ao surgimento de abordagens inovadoras que visam combinar teoria e prática para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.

Nesse contexto, as questões que nortearam a pesquisa foram: Como as contribuições da Geografia Libertária podem ser associadas à Educação Ambiental? De que forma o pensamento e a obra de Élisée Reclus podem contribuir para a formação do sujeito ambiental libertário?

A Geografia Libertária tem emergido como uma perspectiva teórica e prática que pode oferecer contribuições significativas para a Educação Ambiental que se faz objeto de estudo do

presente artigo, visto que ela sobretudo busca promover a liberdade, a autonomia e a igualdade social, reconhecendo a interdependência entre as questões ambientais e sociais, vindo a ser um importante aliado para almejar aliar Geografia e Educação Ambiental sob novas perspectivas literárias sobre a temática.

Justifica-se o objeto em questão a aplicabilidade da Geografia vindo a contribuir efetivamente com a Educação Ambiental, visto que a EA constitui como uma ferramenta importante para construção de valores sociais capazes de orientar ações na direção da preservação do ambiente em que vivemos e dele dependemos. Para isso é de suma importância que essa educação seja de qualidade e capacite o cidadão a analisar de forma crítica a realidade imposta a ele. Assim como o estudo da Geografia tem dentre suas diversas vertentes como objeto o estudo da superfície terrestre, o comportamento do homem à superfície da Terra, a organização espacial e a localização dos homens e das atividades. É dessa forma que a Geografia Libertária atenta às questões sociais e políticas pode colaborar enriquecendo as abordagens da EA.

A importância desta pesquisa reside na compreensão da relevância de abordagens críticas e transformadoras para a Educação Ambiental. Ao integrar os princípios da Geografia Libertária, com os objetivos da Educação Ambiental, busca-se ampliar o alcance e a efetividade das ações em prol da preservação ambiental.

Para alcançar os objetivos será utilizada a metodologia de revisão de literatura em livros, teses e dissertações disponíveis a respeito do tema.

Para compor a primeira parte que trata sobre a ciência geográfica foram escolhidos três principais autores e obras: Paulo César da Costa Gomes com a obra Geografia e Modernidade, Manoel Correa de Andrade com a obra Geografia Ciência da Sociedade e Ruy Moreira com a obra O que é Geografia? A escolha dessas obras se deve às referências que tive contato durante o curso de Geografia, principalmente na disciplina História do Pensamento Geográfico.

Para referenciar a Geografia Libertária e as obras de Élisée Reclus, foi utilizado principalmente o volume número 49 da coleção Grandes Cientistas Sociais dedicado a Élisée Reclus, organizado por Manoel Correia de Andrade sob a coordenação de Florestan Fernandes. Outro material utilizado foi a tese de doutoramento de José Vandério intitulada “Geograficidade Libertária em Élisée Reclus: Contribuição Heterodoxa à História da Geografia”, e também o livro “Escritos Sobre Educação e Geografia” de autoria de Reclus e Kropotkin. Apesar da dificuldade de encontrar em grande quantidade materiais em português sobre Geografia Libertária, as poucas obras que tive acesso contribuíram por apresentar acuidade e um aprofundamento na temática.

A respeito da EA foram consultadas as legislações a respeito da regulamentação no Brasil, principalmente a Lei nº9795 de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e a Resolução nº2 de 15 de junho 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Com intuito de elaborar o contexto histórico da institucionalização da EA em nível mundial e nacional, foram consultados o livro e o artigo de Layrargues: Identidades da Educação Ambiental Brasileira e Mapeando as Macrotendências da Educação Ambiental Contemporânea no Brasil respectivamente, e a dissertação de mestrado de Elisabeth Christmann Ramos intitulada “Educação Ambiental: Evolução Histórica, Implicações Teóricas e Sociais. Uma Avaliação Crítica” que faz um rico apanhado histórico dos eventos que fomentaram as discussões sobre EA, assim como uma atenta análise do contexto sociopolítico quando da ocorrência desses eventos como conferência de Tbilisi ou Eco 92, dentre outros que foram abordados no desenvolvimento do presente trabalho.

O objetivo geral é compreender como as obras de Élisée Reclus podem contribuir para que a Geografia Libertária possa melhor se aliar com a EA. Para tanto inicialmente abordar-se-á as correntes de pensamento na Geografia em geral, apresentar a Geografia Libertária, em seguida pretende-se compreender a consolidação e regulamentação da EA para então analisar as possíveis contribuições entre Geografia Libertária e a EA. Finalizando, nas considerações, apresentar-se-á como o presente estudo pode elucidar as percepções destas possíveis contribuições que foram surgindo ao longo da pesquisa.

Deste modo, o presente trabalho permite compreender se a Geografia Libertária pode contribuir com a EA, no sentido de buscar a formação de sujeitos ambientais libertários, com habilidades para compreender o meio ambiente socialmente construído e lutar pela liberdade de poder optar e opinar sobre os impactos ambientais, aos quais a sociedade é submetida, ou seja, a formação de um sujeito atuante e politizado que entende a importância política de cada indivíduo na sociedade.

GEOGRAFIA E GEOGRAFIA LIBERTÁRIA

A Geografia surgiu inicialmente, com a necessidade de conhecer o planeta que habitamos e de explicar os fenômenos naturais e as coisas do mundo. A denominação *Geographia* foi cunhada entre os gregos e se apresentava livremente sem um compromisso mais rigoroso com métodos, posteriormente chamados de científicos. Séculos depois, com a consolidação da ciência geográfica moderna, passou por diversas influências oriundas do

desenvolvimento da própria Ciência como um todo. Os temas relativos à natureza e às suas interfaces com as sociedades humanas, no que ficou denominado, desde Humboldt e Ritter no século XIX, como Relações Homem-Meio, acompanhou todo o desenvolvimento desse campo disciplinar. Das mais diversas influências teóricas e conceituais que a disciplina científica Geografia sofreu, desde então, sempre esteve presente a necessidade de estudar as questões sociais.

Inegavelmente, a ciência de forma geral e, em particular a Geografia, sofre influência do seu tempo, ou seja, é, em grande parte determinada pelas necessidades, demandas do momento histórico vivido. Dessa forma, métodos e recursos disponíveis, em dado espaço e tempo (condições políticas, sociais e econômicas) agem sobre os atores de modo a interferir sobre suas atividades e seus saberes da época.

Sem entrar nos pormenores da história da Geografia, mas tratando da importância de seu desenvolvimento para a construção da Educação sobre o Ambiente, faz-se necessário abordar o papel decisivo que o pensamento crítico teve no sentido de deslindar a problemática ambiental como uma questão social. Nesse sentido, a atuação dos geógrafos é bem antiga e remete ao século XIX, embora isso não apareça nos manuais mais usados em termos da história dessa disciplina. Geógrafos como Élisée Reclus (Sainte-Foy-la-Grande, 15/03/1830 — Torhout, 4/07/1905) falavam de ambiente e na necessidade de uma interação digamos holística, no sentido da plenitude da vida humana em relação à natureza, que só ultimamente tem aparecido em destaque. A ação política desse importante geógrafo do século XIX, contemporâneo de Ratzel (Carlsruhe 30 de agosto de 1844, - Ammerland no Lago de Starnberg 9/08/1904,) e Vidal de La Blache (Pézenas, Hérault, França 22/01/1845 - Tamaris-sur-Mer, Provence-Alpes-Côte d'Azur 5/04/1918), constitui-se em evento de significância enorme para a Educação Ambiental.

A Geografia Libertária ganhou corpo na prática e nas obras de Élisée Reclus, que segundo Andrade (1985) buscou defender a Geografia das liberdades, sendo sempre questionador e inconformado com as injustiças, militou contra a dominação dos povos, contra a exploração da natureza e dos animais, defendeu a Geografia Social em oposição à Geografia dominante da época como a Ratzeliana ou Lablacheana. Reclus acreditava na ciência como instrumento de libertação social, que pudesse garantir plena autonomia aos sujeitos, por conseguinte a liberdade dos mesmos.

Manuel Correia de Andrade na série grandes cientistas sociais no volume 49 dedicado a Élisée Reclus, faz um apanhado sobre sua vida e sua trajetória na ciência geográfica e salienta “como é da tradição da Geografia, ele mantém interesse pela política, mas em lugar de se

colocar a serviço do Estado e do poder coloca-se em posição crítica mostrando que os interesses do povo conflitam com os da classe dominante que controlam o Estado”. (ANDRADE, 1985 p.11)

Reclus entendia que a ciência deve estar intimamente ligada à prática social, concomitante às práticas de justiça e a igualdade. De outro modo seria a ciência no pensamento de Reclus como afirma Pinto (2013) “um poderoso instrumento de opressão, controle e subjugação dos indivíduos e das sociedades em virtude da capacidade acumulada pela instrumentalização que o saber pode constituir via o poder adquirido pelas instituições capitalistas e pelo Estado”.

Atento às questões sociais e sensível às injustiças e explorações o geógrafo libertário também contribuiu com escritos a respeito da causa ambiental como no trecho a seguir:

Os posicionamentos ambientalistas de Reclus estenderam-se até a defesa irrestrita dos animais, exemplo do texto *La Grande Famille* (RECLUS, 1897), denunciando os excessos da dominação humana sobre os outros seres vivos, antecipando alertas sobre a extinção da vida animal e dos biomas, os impactos dos desmatamentos e da exploração predatória dos recursos naturais, posicionando como um ecologista libertário em favor do equilíbrio mulher-homem-meio, na possibilidade de construir novas cognoscibilidades laicas pós-cristã quanto aos valores de uma sociedade eticamente integrada dimensão cósmica que lhe nutre. (PINTO, 2013 p. 230)

O autor afirma que o “saber geográfico reclusiano buscou sempre ser uma consciência geográfica, sensibilizada com os dilemas ambientais, sociais, urbanos, agrários, entre outros” a vivência atenta e sensível Reclus tanto na França, em um período de guerra, quanto no exílio que sofreu por militar contra a dominação imperialista e a favor das liberdades moldaram a sua Geografia. “A consciência geográfica preza pela quebra paradigmática deste saber enquanto instrumento a serviço do imperialismo, do colonialismo, do regionalismo, do nacionalismo, do localismo, ou seja, de qualquer forma de uso do saber para a instrumentalização do poder opressor segregacionista”. (PINTO, 2013 p. 231)

Reclus defendia segundo Pinto (2013) uma abordagem ensino de Geografia alinhada ao modelo do ensino direto em campo, com a submersão no meio geográfico, defendia a ruptura com os manuais formatadores e buscou desenvolver textos pedagógicos de Geografia voltados aos jovens, propôs análises globais suggestionadas pela complexidade da inter-relação dos fenômenos geográficos.

A visão da natureza e das obras humanas, a prática da vida, eis, portanto, os colégios onde se faz a verdadeira educação das sociedades contemporâneas. Ainda que as escolas, propriamente ditas, tenham, elas também, realizado sua evolução no sentido do verdadeiro ensinamento, elas possuem uma importância relativa, bem inferior à da

vida social ambiente. É certo, o ideal dos anarquistas não é suprimir a escola, ao contrário, fazê-la crescer, fazer da própria sociedade um imenso organismo de ensinamento mútuo, onde todos seriam simultaneamente alunos e professores, onde cada criança, depois de ter recebido “noções de tudo” nos primeiros estudos, aprenderia a desenvolver-se integralmente, segundo suas forças intelectuais, na existência por ela livremente escolhida. Mas, com ou sem escolas, toda a grande conquista da ciência acaba por entrar no domínio público. [...] Certamente privilegiados gostariam de guardar para eles os benefícios da ciência e deixar a ignorância ao povo [...], arrogando o direito de fabricar sozinho tal ou qual coisa útil à humanidade (RECLUS, 2002 p. 108,109 apud PINTO, 2013 p.236).

José Vandério em sua dissertação nos explica que o que a torna a geograficidade de Reclus “como libertária é seu profundo compromisso com a libertação dos contingencialismos impressos na íntima relação dos homens com o meio”, ele diz que é libertária por ter sido pioneira na forma de saber geográfico que se propôs a negar, questionar, romper e combater as relações de poder e de exploração social. Reclus sempre buscou dar voz às relações sociais e com o espaço que abriga as relações de dominação e de exploração, e esta geograficidade libertária almeja saber pensar estes espaços para saber nele combater a dominação e a limitação. (PINTO, 2013 p.247)

A percepção ambiental do geógrafo libertário é observada em várias de suas obras. Reclus é referido como libertário pois entende-se libertário é aquele contrário a qualquer tipo de dominação e alienação. Andrade (1985) afirma que “a profunda integração entre o ser humano e o planeta que ele vive, com toda sua diversidade de acidentes geográficos e de outros seres vivos” dá ênfase à importância de fazer da Geografia uma ciência integrada com o meio e com o social defendida por Reclus.

José Vandério busca responder a importante pergunta: o que é ser libertário no pensamento de Reclus?

Não é somente ser contrário ao autoritário. É, além disso, ser comprometido com as liberdades. Posicionar fundamentalmente a liberdade como ética de todas as relações. Então, é promover as liberdades, confrontando os regimes de controle e de autoridade pelas organizações autogestionárias. No caso da geografia, é trabalhar para desconstruir o regime de poder presente nas relações de dominação do homem sobre a mulher e sobre o meio, reproduzidor da desigualdade, com o intuito de reconstruir uma nova cognoscibilidade entre os seres humanos e a natureza circundante, restabelecendo o equilíbrio geográfico. (PINTO, 2013 p.249)

A atualidade e relevância do pensamento reclusiano como ressalta Pinto (2013) é percebido em decorrência de seu posicionamento em defesa dos animais, do vegetarianismo, e de contestar o imperialismo e o colonialismo, dando ênfase nos princípios libertários em contraposição à autoridade do Estado Moderno Burguês, e por defender as organizações sociais anarquistas do campo e da cidade, a ampla e irrestrita busca pela autonomia e pela autogestão da sociedade no espaço.

Da mesma forma, assim como a Geografia Tradicional tem percorrido um longo caminho para adentrar as possibilidades de uma Geografia Libertária, a Educação Ambiental não surgiu e foi pensada de repente, vindo também passando por diversas transformações de sua compreensão e importância ao longo dos anos desde que começou a ser objeto de estudo e de possibilidades necessárias para a preservação do espaço com sustentabilidade.

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Durante a segunda metade do século XX, diante do cenário mundial de pós-guerra, quando as preocupações com o meio ambiente eram permeadas pela insegurança da corrida armamentista, foram dados os primeiros passos da EA na conferência de Estocolmo em 1972 (Conferência mundial sobre o Meio Ambiente Humano), sucedida pelo relatório do Clube de Roma que alertava sobre o esgotamento dos recursos naturais.

Na conferência de Estocolmo a EA passa a ser uma recomendação, conforme afirma Ramos (2001) com enfoque interdisciplinar devendo ser abordada no ambiente escolar em todos os níveis e fora do ambiente escolar, a autora cita alguns projetos para a sua implementação em nível mundial como o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e o PIEA (Programa Internacional de Educação Ambiental).

Outro evento importante para a institucionalização da EA foi o Seminário Internacional de Educação Ambiental ocorrido em 1975 evento que propiciou a elaboração da “Carta de Belgrado” o primeiro documento oficial que rege sobre a EA, salientando a importância e urgência do tema ambiental priorizando ações de combate à fome, a pobreza e exploração/dominação dos povos, compreendendo o homem integrado ao meio ambiente.

Na Conferência Intergovernamental de Tbilisi ocorrida em 1977 a UNESCO elaborou o documento denominado “A Educação Ambiental: As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi” trazendo a EA como recomendação e salienta conforme Ramos (2001) o enfoque adotado na Conferência de Tbilisi, o meio ambiente é entendido como uma totalidade na qual se inserem os aspectos naturais, e a dimensão das atividades humanas, na oportunidade foram definidas categorias como: consciência; conhecimento; comportamento; habilidade e participação visando embasar as questões fundamentais: informação, valores e ação/atuação.

Em Moscou em 1987 aconteceu o “Congresso Internacional de Educação e Formação”, nessa ocasião foi elaborado o documento denominado "Estratégias Internacionais de educação e formação ambiental para a década de 1990" Ramos (2001) afirma nesse evento discutiu-se a necessidade de tornar clara a extensão do conceito de meio ambiente, assim como o

entendimento dos problemas ambientais, vinculando-os à evolução da ética e aos modos de vida da sociedade.

Em 1992 aconteceu a Eco-92 no Rio de Janeiro, “Conferência Internacional sobre Meio ambiente de Desenvolvimento” gera um documento chamado Agenda 21, com compromissos e objetivos a serem alcançados no século XXI, as orientações referentes a EA constam no capítulo 36 e se propõe a contemplar as questões levantadas na conferência de Tbilisi concomitantes com o “desenvolvimento sustentável”¹.

Desde a década de 70 do século XX a EA está em constante debate, são 50 anos de discussões que buscam orientar os caminhos a trilhar na direção de uma educação que seja ambiental abarcando as questões entre desenvolvimento sustentável entrelaçadas às questões sociais.

Num primeiro momento a EA tinha um cunho exclusivamente preservacionista visando a preservação das paisagens naturais já que a atividade industrial fomentada a partir da segunda metade do século XIX e intensificada no século XX, degradava a natureza e tirava a beleza dos lugares, nesse contexto inicial Layrargues e Lima (2011) ressaltam:

Em um momento inicial, concebia-se a Educação Ambiental como um saber e uma prática fundamentalmente conservacionistas, ou seja, uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, orientada pela conscientização “ecológica” e tendo por base a ciência ecológica. (LAYRARGUES; LIMA, 2011 p.5)

A princípio a EA se pautava em “ leituras biologicistas e despolitizadas dos problemas ambientais” esse modelo começou a ser questionado pela ecologia política trazendo para o debate análises a respeito dos “modelos de desenvolvimento econômico-social, os interesses e conflitos de classe, os padrões culturais e ideológicos e as injunções políticas dominantes na sociedade” que viria a se desdobrar na vertente crítica como veremos adiante. (LAYRARGUES; LIMA, 2011 p.2)

Ainda na busca pela caracterização da EA em seu princípio, Ramos (2001) aponta que “as questões ambientais foram traduzidas como problemas de poluição do ar, do solo, da água e da escassez dos recursos naturais, colocando em risco o bem-estar do homem. Por isso, deveriam ser conservados, com ênfase na necessidade de adotar políticas globais baseada na interdependência planetária de todos os problemas ambientais”, buscava-se socializar os

¹ Termo elaborado por Gro Harlem Brundtland, no relatório “Nosso Futuro Comum” em 1987.

problemas ambientais sem questionar os agentes que se beneficiam do sistema produtivo e econômico concentrando a riqueza e socializando os danos ambientais.

Layrargues e Lima (2011) salientam a grande contribuição da Ecologia Política no campo dos estudos ambientais, os autores afirmam que a mesma “surgiu em 1960, seu principal objetivo é gerar entendimento do próprio modo de funcionamento da sociedade, focaliza a atenção nos modos pelos quais agentes sociais, nos processos econômicos, culturais e político-institucionais, disputam e compartilham recursos naturais e ambientais e em qual contexto ecológico tais relações se estabelecem” fortalecendo a inclusão de questões sociais econômicas e políticas no debate ambiental.

A preocupação com a escassez dos recursos esboçada na sociedade, principalmente no século XX, gera o que Ramos (2001) chama de “sentimento ecológico que surge junto com a tomada de consciência da vulnerabilidade do mundo moderno suscitado pelo medo das catástrofes, não só de ordem ambiental (acúmulo de poluição, o lixo industrial, as usinas atômicas e os resíduos do lixo atômico) como também de ordem política causada pela ameaça da guerra nuclear e pela corrida armamentista”.

No Brasil a evolução no fazer e pensar a EA só começou a ser percebida trinta anos depois do surgimento da Ecologia Política, período em que os temas sociais entraram nos questionamentos e propostas da EA e desde então não puderam mais ser ignoradas, Layrargues e Lima citam que:

A partir dos anos 90, a Educação Ambiental brasileira abandonava o perfil inicial predominantemente conservacionista e reconhecia a dimensão social do ambiente. A partir desse momento histórico, já não era mais possível referir-se genericamente a Educação Ambiental sem qualificá-la, ou seja, sem declarar filiação a uma opção político-pedagógica que referenciasse os saberes e as práticas educativas realizadas. (LAYRARGUES; LIMA 2011 p.4)

A EA deixa de ser vista como uma unidade e com apenas uma linha de pensamento no Brasil, a práxis conservadora e conservacionista abre espaço para novas nuances críticas de pensamento ambiental. Layrargues e Lima (2011) citam que à medida que essa diversidade interna se tornou visível, as análises buscaram problematizar esse fenômeno, fazendo da EA um objeto de estudo auto reflexivo que pensa sua própria prática e desenvolvimento.

Com isso os educadores que entendiam os limites e os riscos da linha de pensamento conservadora, por se pautar “em ações individuais e comportamentais, de forma a-histórica, despolitizada, conteudística” instrumentalizada nas vertentes conservacionista e pragmática, desde então começaram a se posicionar contra o pensamento dominante.

Após as mudanças ocorridas na década de 90 os educadores brasileiros passaram a trazer então uma abordagem pedagógica que problematiza as questões sociais e seus reflexos na

natureza. A partir da nova concepção de EA não era possível conceber os problemas ambientais dissociados dos conflitos sociais. Layrargues e Lima (2011) nos traz ainda que as causas constituintes dos problemas ambientais tinham origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes. A partir de então a EA passa a abordar as questões sociais e políticas integrando as relações econômicas no debate ambiental.

As tendências da EA no Brasil seguem, de modo geral, as tendências globais de preocupação com o meio ambiente, seja pela tentativa de garantir direitos de bem-estar e acesso aos recursos às futuras gerações, seja para manter os recursos que garantem o funcionamento da economia, fato é que a educação se constitui uma ferramenta poderosa e devem-se estar atentos ao viés ideológico que cada vertente possui.

Várias são as perspectivas que passam a orientar o discurso de preservação e conservação da natureza representando e reproduzindo um modelo ideológico sob o qual são construídas as políticas e práticas ambientais. Por isto, entendemos que a reflexão sobre os limites e as possibilidades da EA como projeto educacional pressupõe, inicialmente, uma análise crítica das concepções e conceitos teóricos implícitos no tema em questão, explicitando as diferentes posições para que as opções possam ser clara e conscientemente assumidas. (RAMOS, 2001 p. 207)

Fazendo um panorama das vertentes no Brasil, Layrargues e Lima (2011) afirmam “mesmo que, assumindo o risco de elaborar um quadro parcial e incompleto, poderíamos dizer então que atualmente existem três macrotendências como modelos político-pedagógicos para a EA.” Sendo assim os autores afirmam ser possível observar no país a vertente Conservadora, a Pragmática e a Crítica, na sequência serão feitas breves descrições de cada uma delas.

A vertente Conservadora, com suas bases calcadas na ecologia, visa a preservação da natureza e conservação das belas paisagens, suas práticas são “conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica e do autoconhecimento” objetiva ensinar a amar a natureza e assim preservá-la.

A vertente Pragmática, defende a mitigação dos danos com ações que partam da sociedade “que abrange a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado decorrente da hegemonia neoliberal instituída mundialmente”. Defende práticas como reciclagem, logística reversa, consumo mínimo de água por parte da população, “pegada ecológica” entre outras práticas. (LAYRARGUES; LIMA, 2011 p.9)

Os autores afirmam ainda que a vertente Crítica, aborda “as correntes da EA Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental”. Tem por objetivo uma abordagem crítica do sistema social, “buscando o enfrentamento das desigualdades e da

injustiça socioambiental” entendendo que a justiça social resulta também em justiça ambiental e preservação da vida no planeta. (LAYRARGUES; LIMA, 2011 p.11)

A EA se apresenta como o instrumento mais acessível e eficaz no combate aos danos causados ao meio ambiente, oriundos da atividade humana ligada ao sistema econômico vigente seja de forma direta ou indireta, sendo assim urge a implementação de ações e o fomento do debate a respeito do tema para que se possa caminhar na direção de frear os danos e mitigar os impactos, no Brasil a Lei 9795 de 1999 que institui a Política Nacional de EA rege:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999 p.1)

Tendo em vista o que rege a Lei 9795, a EA é responsável por construir valores sociais, diante do exposto salienta-se a importância do debate incessante a respeito da EA, é preciso considerar com a seriedade devida a construção dos valores sociais, que serão a base para a construção do conhecimento na área ambiental, da mesma maneira é urgente que se constituam análises permanentes das bases filosóficas que apoiaram as atividades de EA em todos os níveis e modalidades da educação conforme rege o segundo artigo da referida lei:

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999 p.1)

Caracterizando a EA Layrargues (2004) define como o conjunto de práticas educativas relacionadas à questão ambiental, dessa forma agrega uma nova característica à educação formal e que juntas, educação e EA, permitem o reconhecimento de sua identidade diante de uma Educação que antes não era ambiental. Outro debate importante é a respeito das correntes da EA, que o autor afirma não ser mais possível ministrar a disciplina sem aderir a uma corrente de pensamento que embasa as práticas ambientais.

A corrente crítica é pouco difundida apesar de possuir características que podem colaborar com a formação ecológica do sujeito, quanto aos objetivos dessa corrente Carvalho (2004) cita:

Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográficas, históricas, biológicas, sociais e subjetivas;[...]Contribuir para a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos bens ambientais em direção a formas mais sustentáveis, justas e solidárias de vida e de relação com a natureza;[...]Situar o educador como, sobretudo, um mediador de relações

socioeducativas, coordenador de ações, pesquisas e reflexões – escolares e/ou comunitárias – que oportunizem novos processos de aprendizagens sociais, individuais e institucionais. (CARVALHO, 2004 p. 21)

Ramos (2011) afirma que são várias as perspectivas que passam a orientar o discurso de preservação e conservação da natureza representando e reproduzindo um modelo ideológico sob o qual são construídas as políticas e práticas ambientais, a autora entende que a reflexão sobre os limites e as possibilidades da EA como projeto educacional pressupõe, inicialmente, uma análise crítica das concepções e conceitos teóricos implícitos no tema em questão, explicitando as diferentes posições para que as opções possam ser claras e conscientemente assumidas.

Desse modo o entendimento crítico e realista das possibilidades da EA filiado conscientemente à vertente crítica e sobretudo aliada a Geografia Libertária, pode figurar em estratégias eficientes no sentido de formatar e dar corpo a um trabalho de EA eficiente e libertário, voltado a buscar soluções prioritariamente aos problemas ambientais que afetam a população de forma direta ou indireta, diferente da corrente pragmática que visa a preservação de recursos e o direcionamento do consumo.

GEOGRAFIA LIBERTÁRIA E A EA

Conforme o que determina a Lei que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental, a EA deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, permeando todas as disciplinas. No ensino fundamental a disciplina de Ciências apresenta um protagonismo maior na abordagem do tema, entendemos que a disciplina geográfica pode colaborar de forma mais incisiva no debate ambiental, sobretudo nos temas ligados às questões sociais, políticas e econômicas que interferem diretamente nos impactos observados no meio ambiente.

Enfatizando a importância de se compreender o conceito de meio ambiente, Ramos (2011) afirma ser “um conceito chave pois envolve questões de poder, e não pode ser visto isoladamente, e tão pouco ser reduzido à sua dimensão biofísica, ou ser tratado segundo os parâmetros da tradição científica e filosófica hegemônica, reproduzindo a dicotomia cartesiana entre o homem e a natureza”, dentro da Geografia é possível relacionar o conceito complexo de meio ambiente abordando questões sociais e ambientais de forma a apresentar os problemas ambientais manifestados no ambiente que o sujeito está inserido.

A abordagem do conceito de meio ambiente pela Geografia, se faz necessária pois a noção de meio não se refere apenas aos aspectos físicos e naturais do ambiente, mas sim ao produto das relações sociais especializadas, dentro da Geografia a abordagem das questões

ambientais não se atém apenas aos danos ambientais na natureza, mas sim os reflexos desses danos na sociedade como um todo.

A EA constitui uma ferramenta importante na formação do sujeito ambiental, pois contribui com a consolidação de saberes que capacitam o sujeito social a compreender e analisar o meio em que está inserido, e por isso “não se pode restringir a explicação de como funcionam os ciclos do carbono, da água entre outros ou mesmo ensinar a amar a natureza. Isso, de uma forma ou de outra, já é feito nas escolas há muito tempo”, como afirma Ramos (2001) por meio da EA tradicional. Orientar o modo de agir dos sujeitos perante a natureza também não constitui a parte mais relevante “A EA também não se coloca, apenas, como estratégia para a solução dos problemas ambientais, o que talvez, tem sido uma ilusória pretensão”. (RAMOS, 2001 p. 215)

Qual seria o papel mais relevante da EA?

Seria trabalhar com os sujeitos de modo a capacitá-los a fazerem uma análise crítica da realidade do meio social em que está inserido e compreender de que forma o ambiente é afetado pelo sistema produtivo vigente, assim como a Geografia a EA tem o importante papel de fazer entender as relações do homem com o meio e as consequências desse padrão econômico e social, Ramos (2001) esclarece a importância da análise social nas questões ambientais:

Trabalhar na perspectiva de transformar as relações do homem com a natureza para sua conservação/preservação, como o pretendido, pressupõe compreender que as ações do homem são determinadas pela base material de sua produção que, por sua vez, engendram historicamente as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais de uma sociedade. Não é possível, portanto, quando falamos em educação ambiental, excluir ou enfraquecer a complexidade dessa base material que, construída sob o princípio da desigualdade, age de forma desigual sobre os usuários dos recursos naturais. (RAMOS, 2001 p.215)

O contexto social em que o indivíduo está inserido determina as condições de vida do mesmo e, por conseguinte as consequências ambientais que sofrerá diante as decisões políticas dos agentes eleitos, dessa forma a EA deve se preocupar também com a formação política e crítica dos alunos.

Layrargues e Lima (2011) afirmam que “setores do pensamento ambiental crítico reconhecem que não é suficiente evitar os reducionismos biológicos e econômicos, compreendem que todos os reducionismos são empobrecedores”, daí a importância de uma EA libertária que contribuirá com a “incorporação das questões culturais, individuais, identitárias e subjetivas que emergem com as transformações das sociedades contemporâneas, a

ressignificação da noção de política, a politização da vida cotidiana e da esfera privada”. (RAMOS, 2011 p.9)

A Geografia é uma disciplina que se dedica ao estudo e compreensão das relações entre o espaço geográfico e as atividades humanas. Sua abordagem interdisciplinar permite analisar as interações entre os elementos naturais e sociais presentes no mundo, fornecendo uma base sólida para a compreensão das questões ambientais.

A Geografia Libertária de Élisée Reclus tem muito a contribuir com a EA, entendendo que “as dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão e desenvolvimento, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades” e é nesse sentido que a obra do geógrafo libertário dialoga com as questões ambientais sem desvincular o social do político. (LAYRARGUES; LIMA, 2011 p.11)

A Geografia Libertária é uma abordagem que busca promover a liberdade, a autonomia e a igualdade social por meio da análise das transformações do espaço geográfico. Fundamentada em uma crítica ao sistema socioeconômico dominante, a Geografia Libertária propõe relações sociais baseadas na cooperação e solidariedade.

Reclus como cita Andrade (1985), tinha compromisso com a análise dialética das relações homem/natureza, ao mesmo tempo que estudava a natureza analisava a relação do homem transformando o meio[...]Para Reclus a Geografia é uma ciência única e a relação homem e natureza constitui o objeto de estudo “em que o meio natural exerce influência sobre o homem” produzindo transformações e produzindo o espaço.

A relação entre Geografia e questões ambientais é intrínseca, uma vez que a disciplina oferece uma visão abrangente dos desafios e potencialidades do meio socialmente construído. A Geografia Libertária em específico permite entender de forma crítica as complexas relações entre sociedade e natureza, as dinâmicas de uso e ocupação do espaço, a distribuição desigual de recursos naturais e os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente.

Dessa forma, a Geografia desempenha um papel crucial na formação de uma tomada de consciência crítica e na promoção de práticas sustentáveis que visem à preservação e equilíbrio ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da Geografia é também a representação de seu dinamismo, a partir da necessidade de conhecer o planeta nasceu uma ciência complexa, e com a evolução do

pensamento geográfico foi possível desenvolver também a Geografia Social e posteriormente a Geografia Libertária, Reclus salienta essa característica da Geografia quando afirma: “A Geografia não é imóvel, ela se faz e refaz todos os dias; a cada instante ela se modifica pela ação do homem” (RECLUS, 2002 p.30) diante do exposto a Geografia se insere no debate ambiental com a finalidade de trazer um olhar crítico para as transformações sociais que tem gerado impactos negativos no meio ambiente atualmente.

A EA é relativamente recente no Brasil, entendemos que a mesma ainda está em construção, e por isso os debates a respeito das concepções teóricas e metodológicas das questões ambientais precisam ser fomentados, tendo em vista a importância da EA na construção de valores sociais libertários, na consolidação de conhecimentos práticos e atitudes conscientes voltadas para a conservação do meio ambiente é nesse sentido que a Geografia Libertária de Élisée Reclus pode contribuir com a EA, tendo em vista que o saber geográfico reclusiano buscou sempre ser uma consciência geográfica, sensibilizada com os dilemas ambientais, sociais, urbanos, agrários, entre outros e que pode contribuir para uma nova etapa do pensamento crítico da EA e da formação de sujeitos ambientais libertários.

A Geografia Libertária pode contribuir para o campo de estudos ambientais, trazendo para o debate a importância das ações políticas e que muitas vezes são manobradas por agentes econômicos na figura de grandes empresas. Os sistemas político e econômico interferem na construção social do espaço, e por sua vez afetam de forma desigual as classes sociais.

Compreendemos que a Geografia Libertária oferece uma perspectiva para ir além da crítica na Educação Ambiental, visando promover a liberdade, a autonomia e a igualdade social, essa abordagem contribui para a construção de sociedades mais justas, igualitárias e ecologicamente responsáveis. Ao integrar a Geografia Libertária com a Educação Ambiental, estaremos na direção de uma transformação positiva do relacionamento homem e meio ambiente e a construção de um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.

Deste modo é possível perceber que o pensamento de Reclus pode promover importantes contribuições no que se refere ao pensamento geográfico atual na abordagem de temas como: a divisão internacional do trabalho, o colonialismo e a luta de classes, entre outros, uma vez que Reclus possui uma visão integrada acerca das relações que compõem a sociedade, é dessa forma entende-se possível associar a Geografia Libertária e EA para que caminhem juntas na formação de sujeitos ambientais libertários capazes compreender de forma crítica a realidade e poder atuar combatendo injustiças sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correa de (org.). **Élisée Reclus**. 49. ed. São Paulo: Ática, 1985. 196 p. (Grandes Cientistas Sociais).

ANDRADE, Manuel Correa de. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife-PE: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

BRASIL. **Lei nº9795 de 28 de abr de 1999**. Dispõe sobre A Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 28 abr. 1999. v. 79.

BRASIL. **Resolução nº2 de 15 de jun de 2012**. Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

DANTAS, Aldo; MEDEIROS, Tássia Hortêncio de Lima. **Introdução à ciência geográfica: geografia**. Natal: Edufrn, 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as Macro-Tendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Contemporânea No Brasil. VI Encontro “**Pesquisa em Educação Ambiental**” Ribeirão Preto SP 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **A gênese da geografia moderna**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia?** 2. ed. Brasília: Coletivo Território Livre, Primavera 2012, 2009.

PINTO, José Vandério Cirqueira. **Geograficidade Libertária em Élisée Reclus: contribuição heterodoxa à história da geografia**. 2015. 527 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente SP.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação ambiental: origem e perspectivas**. Educar, Curitiba, n.18, p.201-218. 2001. Editora da UFPR.